

Valor

Empresas

Heineken investe para sofisticar marca de cerveja Sol, conta Daniela Cachich, vice-presidente **B8**



SERVIÇOS DE LIMPEZA
DE ALTO PADRÃO COM
ATENDIMENTO NACIONAL

limpidus

A sua empresa de limpeza

www.limpidus.com.br

Destaques

Publicidade no ano

Os investimentos de anunciantes em propaganda no primeiro semestre atingiram R\$ 59,6 bilhões no país, crescimento de 15% em relação ao ano anterior, informou o Ibope Media. O mercado esperava expansão na faixa de 13%. A alta de dois dígitos reflete uma antecipação de desembolsos da segunda metade do ano para a primeira metade, quando ocorreu a Copa do Mundo. A TV aberta (incluindo merchandising) respondeu por 62% do total investido, seguido pelo jornal (14%), TV por assinatura (8%), e internet (5%). O setor de comércio lidera os investimentos, com R\$ 10,4 bilhões. No ranking das agências, a Y&R manteve a primeira posição, à frente de Ogilvy & Mather Brasil e Borghi Lowe. O maior anunciante do semestre foi a Unilever, também líder em desembolsos em 2013, à frente da Via Varejo e da Genoma.

Valec terá nova chamada

Após o trecho entre Anápolis (GO) e Palmas (TO) da ferrovia Norte-Sul atrair apenas um interessado em movimentação de cargas, o governo vai abrir um novo chamamento público para as empresas de logística. Segundo Raquel de Souza Lima, assessora da diretoria de operações da Valec, o governo quer atrair mais companhias para o trecho em questão, desta vez dando mais detalhes acerca do trecho em um novo edital. A Valec não divulga o nome da empresa que já manifestou interesse, dizendo que o processo é sigiloso.

Lucro da HP

O lucro líquido da Hewlett-Packard (HP) caiu 29,6% em seu terceiro trimestre fiscal — encerrado em 31 de julho — para US\$ 985 milhões, ante o mesmo período de 2013. As vendas cresceram 1,5%, somando US\$ 27,6 bilhões na mesma comparação. O avanço na receita da fabricante de computadores foi uma surpresa para investidores ouvidos pela Reuters, que esperavam um valor menor em cerca de 2% para o período. Segundo a empresa do Vale do Silício, o número foi impulsionado pelo aumento nas exportações de seus notebooks e compu-



Operários trabalham na montagem da estrutura da hidrelétrica que irá abrigar turbina da casa de força no sítio Pimental, no rio Xingu, em Altamira, no Pará

Energia Concessionária Norte Energia pode sofrer penalidades da agência Aneel recusa justificativas para atraso de Belo Monte

Rafael Bitencourt

De Brasília

A concessionária responsável pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, a Norte Energia, sofreu um duro revés com parecer técnico desfavorável produzido no âmbito da fiscalização conduzida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que analisa as justificativas para o atraso nas obras da usina. A análise concluída na última semana pela área técnica, foi obtida com exclusividade pelo **Valor PRO**, o serviço de informação em tempo real do **Valor**. O documento já foi enviado à equipe responsável por avaliar eventuais penalidades.

Belo Monte é uma das maiores obras de infraestrutura em execução no país, que está em fase de construção no leito do rio Xingu, no estado do Pará. O projeto, que deve atingir a potência instalada de 11.233 megawatts (MW), até hoje é considerado polêmico por estar em região de floresta amazônica e próximo a povoados indígenas. Justamente, a soma dos desafios de ordem técnica e ambiental — além da questão indígena — que foi usada pela Norte Energia para se eximir da responsabilidade de ter frustrado o cronograma de obras previsto no contrato.

A concessionária listou todos os contratamentos, ligados a invasões do canteiro de obras, protestos de funcionários e comunidades indígenas e guerra de liminares na Justiça. A Norte Energia se apoiou nestes pontos para pedir

que não fosse responsabilizada pelo descumprimento dos prazos contratuais. Ao todo, foram solicitados 441 dias de “excludente de responsabilidade”, o que a isentaria de multas e a obrigação com a compra de energia no mercado de curto prazo (spot) para compensar o volume de energia que não será entregue no prazo.

Na semana passada, a cópia do parecer de fiscalização foi enviado ao empreendedor, que alega não ter recebido a notificação. A análise realizada pela área técnica da agência não reconheceu os principais problemas apontados pela empresa, que resultaria no atraso de um ano do projeto. Na avaliação feita, a Norte Energia negligenciou prazos e, por consequência, deixou de tomar as medidas necessárias para reverter a situação.

Na análise do caso, a fiscalização da Aneel recomendou a rejeição do pedido de adequação de cronograma de obras e do reconhecimento dos excludentes de responsabilidade solicitados. Além disso, o documento indica que autarquia deve recusar ajuste nos contratos de venda de energia, o que atualmente obriga a empresa a comprar energia mais cara no mercado spot para compensar parte do prejuízo.

O processo de fiscalização de Belo Monte evidencia o desgaste da agência com o empreendedor. A equipe técnica do órgão enviou sucessivos pedidos de atualização do cronograma de obras, enquanto a empresa insistia em apresentar o relatório de dias em que a

construção esteve paralisada. Nas cartas enviadas à Aneel, a Norte Energia informou que o novo calendário somente seria encaminhado após a formalização de aditivo ao contrato com as empreiteiras, reunidas no Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM).

A reportagem apurou que aumentarão as chances do processo de fiscalização resultar em multa a partir do momento em que ficar demonstrado que houve problemas de gestão. A forma de chegara esta constatação está na exigência de apresentação de novos prazos de entrega das etapas do projeto. “O cronograma adequado, no caso, seria o que retratasse a situação atual das obras da usina e as estratégias para otimizar a implantação e minimizar o atraso das unidades geradoras, onde cabe ao concessionário a responsabilidade e o esforço para tal”, ressalta a fiscalização em parecer. No entanto, o próprio documento informa que “tal otimização não foi contemplada no cronograma agora em análise”.

Pesou contra a empresa a recente mudança de postura do órgão regulador no tratamento de casos de desrespeito aos prazos de entrega de projetos, o que tornou malsucedida a estratégia de defesa dos donos da usina. A Norte Energia estruturou sua argumentação no momento em que o órgão iniciou a revisão dos procedimentos de análise de atrasos dos empreendimentos do setor. Não à toa, a fiscalização reproduziu a íntegra do posicionamento assumido pela direto-

ria, em maio, sobre a nova dinâmica de análise dos cronogramas de obras a partir do processo da usina termelétrica Parnaíba II, da Eneva (ex-MPX).

Atenta à sinalização da diretoria da agência, os técnicos assumiram o entendimento proposto na ocasião. Antes, as avaliações se referiam-se basicamente à análise formal dos pedidos de excludente de responsabilidade. Em geral, muitas empresas passaram a assumir a estratégia de contabilizar os dias perdidos em contratamentos comuns na execução das obras para estender o prazo do cronograma.

No caso de Belo Monte, a análise técnica da Aneel conclui que “não foi contemplado no cronograma apresentado a estratégia adequada para minimizar os impactos e prejuízos, seja ao consumidor brasileiro, que suportaria o impacto nas tarifas de energia, e à distribuidoras, que ficariam descobertas contratualmente, ou do próprio empreendedor, que deverá cobrir o lastro e arcar com as penalidades comerciais em caso de não se reconhecer os motivos excludentes de responsabilidade”.

Questionada, a Norte Energia informou que “todos os fatos comunicados à Aneel, que resultaram em paralisações de obras, são excludentes de responsabilidade da empresa, como liminares judiciais, perda da janela hidrológica, invasões e bloqueios aos canteiros”. A concessionária informou que aguarda a manifestação do órgão regulador.

MP do Pará também deu um parecer contrário

De Brasília

O Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA), por coincidência ou não, enviou carta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na véspera da assinatura do parecer técnico desfavorável à Norte Energia. O ofício, elaborado pelos procuradores federais, contestou oficialmente todas as alegações de atraso das obras da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA).

O Ministério Público se posicionou com o intuito de “dar conhecimento” à agência de fatos que vão influenciar na resposta ao pedido de perdão apresentado pelo empreendedor. O contraponto dos procuradores se baseou em análise assinada por 12 pesquisadores de diferentes universidades. Os especialistas solicitaram que a intervenção da Procuradoria da República no Pará na questão para esclarecer as falhas na argumentação da empresa.

A maior parte do atraso, na versão da empresa, foi atribuída ao tempo para análise e expedição de autorizações, resultando na perda das janelas hidrológicas — período de menor vazão no Xingu que permite as obras no curso do rio —, além de protestos da comunidade indígena local e paralisações de funcionários.

O Ministério Público, porém, classificou as informações prestadas pelos empreendedores como “inconsistentes”, já que o atraso seria de responsabilidade da própria empresa. A concessionária responsabilizou inúmeros órgãos federais na emissão de pareceres, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e Agência Nacional de Águas (ANA), mas os pesquisadores ressaltaram que não foram cumpridos prazos por parte empreendedores da usina.

A secretária-executiva do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos, considera que diversas vezes os órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental e reparação de impactos à comunidades afetadas pelos empreendimentos levam a culpa pelo atraso em projetos de infraestrutura. Ela, porém, avalia a negligência dos responsáveis pelos projetos causam danos socioambientais irreparáveis e, por vezes, comprometem os prazos.

Perguntada sobre as conclusões do parecer de fiscalização da Aneel sobre Belo Monte, Adriana aprovou a iniciativa. Ela disse que “a agência, na condição de órgão regulador, está tomando conhecimento da realidade dos projetos”. (RB)